

Quintina Kelley Nogueira

Discente do Curso de Psicologia Centro
Universitário Católica de Quixadá
(UNICATÓLICA).

quintianapaulino@gmail.com

Sofia Medeiros da Cruz

Discente do Curso de Psicologia Centro
Universitário Católica de Quixadá
(UNICATÓLICA).

sofimedcruz@gmail.com

Daniel Araújo de Almeida

Discente do Curso de Psicologia Centro
Universitário Católica de Quixadá
(UNICATÓLICA).

dan_alm1@outlook.com

Thaís Brito Alexandre

Discente do Curso de Psicologia Centro
Universitário Católica de Quixadá
(UNICATÓLICA).

thaisalexandre.psicologia@gmail.com

Yara de Oliveira Alves

Discente do Curso de Psicologia Centro
Universitário Católica de Quixadá
(UNICATÓLICA).

yaraolipsi@gmail.com

Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro

Docente do Centro Universitário Católica
de Quixadá (UNICATÓLICA).

stanianagila@unicatolicaquixada.edu.br

FRACASSO ESCOLAR E VULNERABILIDADE SOCIAL: A RELAÇÃO E CONSEQUÊNCIA NO CONTEXTO PSICOLÓGICO

INTRODUÇÃO

Este projeto trata-se da temática do fracasso escolar e vulnerabilidade social, buscando trazer uma relação entre as dificuldades no âmbito escolar e de como o ambiente social pode afetar nessa questão. Em seus entornos, a temática estabelece uma vinculação entre o desempenho escolar e a vulnerabilidade social, onde o fracasso escolar pode ser acarretado.

A problemática a ser analisada diz respeito ao desempenho das camadas vulneráveis e marginalizadas da sociedade no contexto escolar e sobre como as instituições de ensino estão preparadas para lidar com a situação. A partir de uma fundamentação teórica, será analisado até que ponto as influências do ambiente social podem afetar na qualidade de aprendizagem, evasão escolar e bem-estar desses indivíduos. A problemática diz respeito ao impacto que a vulnerabilidade social pode afetar no contexto escolar dos indivíduos.

Diariamente ingressam nas escolas crianças e adolescentes com diferentes tipos de realidades onde muitas dessas vivências são um tanto quanto complexas, com histórias de vida onde em grande parte dos casos envolvem violência doméstica, negligência por parte dos pais, trabalho infantil, criminalidade entre outros. O contexto social afeta psicologicamente, interferindo positivamente ou negativamente no rendimento escolar dependendo do ambiente de vivência da pessoa.

O fracasso escolar é definido como a junção de índices de retenção e evasão escolar, e é um problema que permeia o Brasil como um todo, atingindo principalmente a rede pública de ensino (COLLARES, 2010). Devido a sua preponderância em regiões periféricas do país, é fundamental relacionar esse fenômeno com o contexto social em que está inserido, o de vulnerabilidade.

De acordo com Castro (2002) a vulnerabilidade é o resultado da falta de recursos materiais e simbólicos que uma parte da população enfrenta, ou seja, essa parcela não tem a oportunidade de se integrar adequadamente na sociedade por conta do descaso do Estado em inúmeros âmbitos fundamentais, e um dos principais é a educação.

Nas últimas décadas, o acesso à educação aumentou consideravelmente, porém, não foi concomitante a isso a manutenção da qualidade do ensino público, gerando um aumento da evasão escolar, pois os jovens não enxergam nesse serviço uma forma de melhoria de vida. Esse fator vem provocando um ciclo vicioso, em que a criança em situação de vulnerabilidade não encontra o apoio que precisa no ambiente escolar e se entrega a sua situação social.

Dessa forma, esse trabalho se torna fundamental, pois permitirá entender a relação que existe entre a condição social do indivíduo e sua situação no contexto escolar, buscando soluções ativas de combate a esse entrave e visando uma melhoria do precário sistema educacional brasileiro.

OBJETIVOS

O objetivo norteador da produção é identificar problemas que a vulnerabilidade social pode gerar no contexto escolar dos indivíduos. De forma específica, buscou-se compreender a vinculação existente no ambiente social e educacional, dissertar sobre a influência dos eventos sociais e educacionais sob a subjetividade de estudantes e, em decorrência, formar um elo entre a vulnerabilidade social e as situações configuradas como fracasso escolar a partir dos achados teóricos.

METODOLOGIA

Essa pesquisa é uma revisão narrativa de literatura que se conceitua como qualitativa e explicativa, já que aborda a explicação e a correlação de causas, efeitos e fenômenos não calculáveis como o mau desempenho escolar ligada às condições precárias de qualidade de vida. A partir de uma busca ampla por artigos e produções científicas em plataformas online com base nas palavras-chave, foi realizada uma seleção de obras que possuíam pareamento direto com as interfaces do tema.

A partir disso, foi realizada uma narrativa bibliográfica amplificada sobre o fenômeno discriminado. Essa produção é fruto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) titulado de “Contornos do ensino inclusivo na abordagem do Transtorno do Espectro Autista” do Centro Universitário Católica de Quixadá, orientado pela Prof.^a Dr.^a Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

FRACASSO ESCOLAR

O fracasso escolar, apesar de um conceito recente, permeia a realidade brasileira na medida em que se observa as taxas de evasão escolar e de reprovação. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2018, pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de matriculados diminuiu 3,1% com relação a 2017, sendo o segundo ano consecutivo em que esta queda é registrada, ademais, entre 2014 e 2018, a queda foi de 1,3 milhões de alunos matriculados que deixaram as escolas do Brasil. Portanto, por meio desses dados é possível observar o quanto as escolas estão perdendo seus alunos e podendo estabelecer causas para este entrave.

O conceito de fracasso escolar foi criado pela psicóloga Maria Helena Souza Patto e é definido como a não adaptação de um aluno à metodologia escolar, levando conseqüentemente à reprovação e ao abandono escolar. De acordo com Patto (1988), o

fracasso escolar é fruto de uma visão meritocrática do sistema de ensino brasileiro, em que acredita-se que todos os jovens têm as mesmas condições de estudo e oportunidades no meio em que estão inseridos, podendo classificar as pessoas pela aptidão, em que os menos capazes vão sendo eliminados. Inicialmente, essa visão apresentava bases discriminatórias, afirmando que o fato de os índices de fracasso escolar serem substancialmente maiores nas crianças marginalizadas seria pelo fato de elas terem uma “carência de cultura”.

Segundo Nunes (2015, p. 106):

As pesquisas, desenvolvidas com base nessa teoria convergiam para uma idêntica constatação: os membros das camadas desfavorecidas são portadores de deficiências perceptivas, motoras, afetivo-emocionais e de linguagem, suficientes para explicar seu fracasso escolar.

Desse modo, acreditava-se que a parte marginalizada da população era determinada pelo meio cultural, que era inferior aos outros. Assim, o psicólogo tinha como papel identificar essa carência e inserir o jovem na cultura de classe média, podendo usufruir da igualdade de oportunidades que esta cultura oferecia. Atualmente, entende-se que nenhuma cultura se sobrepõe a outra, e que o fato da população pobre do Brasil ser mais acometida pelo fracasso escolar está presente nas raízes no sistema escolar brasileiro, que tem falhas na infraestrutura, não tendo material didático e pedagógico de qualidade e com um corpo docente mal qualificado (PATTO, 2010).

Além disso, é possível perceber que o desempenho escolar está intimamente relacionado com os critérios de avaliação dos alunos, que acaba estimulando os mais aptos às atividades propostas e excluindo os que se encontram em desvantagem com relação a esses critérios (GOUVEIA, 201). Isso permite entender que as avaliações escolares que se dizem neutras dão vantagem a uma parcela de alunos que têm mais condições de lidar com esses testes. Pode-se perceber, portanto, que o sistema escolar promove uma exclusão majoritária de alunos em determinadas situações levando-os ao fracasso escolar.

VULNERABILIDADE SOCIAL

O conceito de vulnerabilidade social é recente na América Latina, começou-se a discutir por volta da década de 90, e extremamente complexo, com diferentes aspectos que podem ser analisados. Pode-se mencionar, por exemplo, concepções econômicas, ambientais, culturais, educacionais e de saúde. Desse modo, como sendo um conceito que foi construído socialmente, também é importante centrar-se na dimensão histórica, tendo em vista que o processo de formação e independência dos países da América Latina foram baseados na discriminação de renda, de etnia e de cultura, em que as populações consideradas inferiores pelo eurocentrismo foram marginalizadas e atuam até hoje em papéis secundários, sem acesso às políticas públicas e sem protagonismo em suas próprias histórias, sendo vítimas constantes de violências e preconceitos.

A vulnerabilidade social é a manifestação que ocorre através da restrição de bens materiais, culturais e simbólicos por parte de uma população que está à margem da sociedade (BARROS *et al.*, 2011 *apud* SOUZA; PANÚNCIO-PINTO; FIORATI, 2019). Ela é entendida como um desajuste entre os ativos, a economia e a privação de parte da população, também é um desajuste na estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e então melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais (KATZMAN, 1999 *apud* MONTEIRO, 2012).

Segundo Souza *et al.* (2019), majoritariamente, um indivíduo que nasce em um meio socialmente marginalizado, pode possuir historicamente opções limitadas que tendem a definir sua trajetória de vida e desenvolvimento pessoal, bem como seu desenvolvimento social. A desigualdade social pode, então, estar mais voltada ao conhecimento dos âmbitos mais desprevenidos da sociedade, prejudicando diversos setores importantes para construção de um indivíduo, principalmente em sua primeira vivência. Além disso, esses autores pontuam que em um contexto de extrema desigualdade social, cada vez mais famílias têm tido dificuldades para cumprir com tarefas diárias e primordiais, tais como o

suporte e proteção social dos membros mais frágeis, a exemplo das crianças (SOUZA; PANÚNCIO-PINTO; FIORATI, 2019).

Por conseguinte, as dimensões da vulnerabilidade social afetam não só a vida coletiva das pessoas, mas está intimamente ligada à vida privada, de modo que se passa a viver com base nas desvantagens predispostas pela vulnerabilidade, tornando mais forte a ideia de que se é incapaz, afetando diretamente a saúde mental desses indivíduos. Em resumo ao que foi falado, Monteiro (2012, p.34) afirma:

Nesse sentido, a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições.

Diante disso, é possível compreender as características e símbolos pressupostos pela vulnerabilidade social que tornam um grupo incapaz de aproveitar as oportunidades ou simplesmente não tendo acesso a elas.

Segundo Abramovay *et al.* (2002), recursos que são fundamentais para garantir um bem-estar contínuo no indivíduo são majoritariamente negados aos jovens latinos, são eles a educação, trabalho, saúde, lazer e cultura. Com uma educação precária os jovens não têm as habilidades que o mercado de trabalho exige, ficando de fora da população economicamente ativa e buscando formas de suprir a falta de condições financeiras, o que leva diretamente a violência e ao envolvimento com drogas e álcool, aumentando o nível de delinquência juvenil e aumentando a vulnerabilidade, ou seja, a situação latina atual é um ciclo vicioso, em que a vulnerabilidade social e a violência só aumentam.

Ainda de acordo com Abramovay *et al.* (2002), é possível observar a relação entre violência e vulnerabilidade social na América Latina, em que a falta de acesso nos serviços disponibilizados pelo Estado promove uma maior incidência em situações violentas, com abuso e uso de drogas. Para que essa realidade seja invertida, é preciso fornecer experiências aos jovens que priorizem sua participação, permitindo que entendam que o fluxo de sua vida depende das decisões que tomam em conjunto com o apoio que têm das dimensões

sociais, como a família e o governo. Esse meio é capaz de tirar o jovem do ambiente de incerteza e insegurança, evitando que se coloque em situações de risco e superando a vulnerabilidade.

A situação de vulnerabilidade da juventude latino-americana pode determinar o seu futuro, tendo em vista que fatores como a pobreza, a baixa qualidade do ensino público, as exigências do mercado de trabalho que não absorvem esses jovens em idade ativa, a falta de informação acerca da saúde sexual e reprodutiva e a negação do lazer, que é um importante meio de afirmação dos jovens, torna a vulnerabilidade um fator que extingue as possibilidades do jovem nessas condições de prosperar em sua vida.

Pode-se acrescentar que as políticas assistencialistas e os profissionais que trabalham nos centros de assistência reforçam a vulnerabilidade social em razão das representações sociais que os profissionais têm diante dos usuários, compreendendo o sujeito como culpado por sua própria condição de vulnerabilidade, sendo tal condição efeito dos desajustes e inadequações desses indivíduos (PEREIRA; GUARESCHI, 2014). A partir do exposto, fica evidente o quanto as políticas de assistência se baseiam na individualização como causa da vulnerabilidade, indo de encontro com os conceitos apresentados acima de que a vulnerabilidade social é influenciada por diferentes fatores, podendo ser econômicos, históricos, educacionais, ambientais e culturais. Portanto, mais que o conhecimento teórico e acadêmico é fundamental considerar as posturas éticas e políticas na condução das políticas públicas para que estas possam contribuir para mudanças sociais mais profundas (PEREIRA; GUARESCHI, 2014).

Dessa forma, entende-se que a vulnerabilidade não está apenas associada à pobreza, mas também a forma como as desigualdades sociais e a negação dos direitos fundamentais e humanos tem como consequência na vida dessas pessoas desfavorecidas, levando a tal situação.

INTERFACES ENTRE A VULNERABILIDADE E O DESEMPENHO ESCOLAR

Estudos sobre desenvolvimento e aprendizagem afirmam que a criança é fruto do meio em que vive e um dos percussores dessa ideia foi o psicólogo Lev Vygotsky (1896-1934), que afirma que o homem não se forma sem a relação com a sociedade, e essa relação se dá principalmente por meio da aprendizagem. É através dela que a consciência e o entendimento do mundo como um todo são concretizadas na mente humana. Por meio dessa tese é possível estabelecer relações entre o desempenho escolar de crianças e jovens com a sua situação social, tendo em vista que os maiores índices de fracasso escolar estão localizados em regiões periféricas com pessoas de baixa renda, evidenciando como um ambiente desfavorável promove uma desvantagem social que impossibilita essas pessoas de terem acesso a serviços e símbolos básicos que o Estado oferece, como as políticas públicas.

A parcela marginalizada da população sobrevive em condições precárias, sem saúde, alimentação adequada, educação, trabalho e lazer. Sem esses recursos as pessoas se tornam invisíveis perante a sociedade, e sem educação elas não têm instrução para reivindicar os direitos que lhes são negados, permanecendo na situação de vulnerabilidade.

Sacristán (2001) fala que “o ambiente escolar deve ser atrativo para os alunos, deve enriquecer a experiência pessoal de cada indivíduo para que seja percebida pelos indivíduos como algo que pode ser utilizável no cotidiano”. Desse modo, tanto o ambiente quanto os métodos de ensino também são responsáveis pelo fracasso ou não do aluno, e podemos observar que comunidades vulneráveis não dispõem de investimentos para que essa escolaridade consiga atingir esse objetivo.

Marchesi e Martín (2003) afirmam que “a escola deve dar atenção aqueles com risco de baixo rendimento para os que se encontram em situações sociais e culturais desfavorecidas”, e uma escola de qualidade é “aquela que inclui a equidade e estimula os desenvolvimentos das capacidades cognitivas, afetivas, sociais e morais dos alunos”, então se uma escola não leva em consideração as situações subjetivas e socioeconômicas dos indivíduos, a escola irá fracassar e conseqüentemente os estudantes também.

A família desses jovens que vivem nessas comunidades também tem forte influência no seu desempenho escolar, já que é a partir dela que são extraídos os valores e aprendizados que refletem no comportamento das crianças. Silva (2013, p. 9) diz:

Famílias desestruturadas, onde as crianças ficam expostas desde cedo a situações de violência, vícios, falta de zelo com os filhos e conflitos frequentes entre os adultos podem ser causadoras de traumas, que irão refletir na socialização, no comportamento e no desempenho escolar desses indivíduos.

Segundo Ferreira e Marturano (2002), "crianças que sofrem agressões físicas por parte de seus pais, ou têm relação distante ou conflituosa com eles, apresentam problemas de comportamento e recebem mais suspensão na escola" justamente por essa realidade prejudicar a relação dessas crianças com outras pessoas.

Estudos de Vygotski (1896-1934) falam que o desenvolvimento é influenciado diretamente pelo ambiente em que o ser humano vive, portanto, se crianças nascem e crescem em ambientes cujo são frequentes práticas violentas, estas tendem a ter seu desenvolvimento prejudicado. Esse cenário de um ambiente desfavorável onde pode se presenciar violência, pouco estímulo para a educação por parte dos pais, dificuldades relacionadas à fome, desestrutura familiar, problemas pessoais e outros fatores interferem diretamente na aprendizagem e desenvolvimento do aluno, e essa dificuldade relaciona-se com os aspectos de vulnerabilidade que assolam a população (CARRARA, 2016).

Ainda segundo Carrara (2016), para que as potencialidades dessas crianças sejam estimuladas é de extrema importância que os responsáveis proporcionem a estas um ambiente favorável para que a aprendizagem seja desenvolvida, mas "é importante analisar que em comunidades vulneráveis essa realidade é dificultada tendo em vista que poucas famílias têm a possibilidade de dispor de materiais que estimulem a aprendizagem, tempo e atenção para oferecerem às crianças", portanto a falta desse acesso e exposição a outras problemáticas sociais são fatores de risco para o desempenho escolar das crianças.

Além da condição social da família, outro fator que influi no desempenho escolar é a relação entre a família e a escola, em que há a transferência de responsabilidades da primeira

para a segunda, (CALEJON, 2011) onde a família não assume seu papel socializador e pressupõe que a instituição educacional tem a obrigação de preparar o jovem para se inserir em sociedade, sem levar em conta a contribuição que os outros ambientes de convivência também têm o poder de mudar a realidade do jovem.

Ainda sobre a relação da família com a escola pode-se observar que os pais dessas crianças muitas vezes por terem tido dificuldade na escola quando criança, por sequer terem tido acesso ou por grande parte terem que trabalhar muito cedo até antes mesmo de concluir o ensino fundamental não veem a escola como um local que possibilite melhores oportunidades para seus filhos, e acabam por não os incentivarem a se desenvolverem nos estudos, muitas vezes apontando como prioridade o mercado de trabalho (PEREIRA; SANTOS; WILLIAMS, 2009).

As dificuldades na aprendizagem encontram-se em fatores que prejudicam a saúde física e mental do aluno, e para que estes apresentem um bom desempenho é importante que pontos como esses sejam analisados, já que a ausência de fatores como afetividade, maturação, inteligência, motivação afetam diretamente nesse processo educacional (CARRARA, 2016).

Portanto, o fracasso escolar não é fruto apenas do desempenho do aluno dentro de uma escola, ele envolve as dimensões sociais como um todo e interfere no fluxo de aprendizagem e vida do jovem em situação de vulnerabilidade social. Para entender e superar esse problema é preciso envolver a família, a escola e as políticas públicas, tendo em vista a concepção de vulnerabilidade e como ela afeta no desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, teve como objetivo refletir sobre a problemática e analisar através bibliografias e de dados que permeiam as circunstâncias educacionais atuais centradas no tema, a fim de instigar possíveis pensamentos de intervenções. Nesse, constata-se resultados alarmantes ao cenário brasileiro, que expõe numerosas evasões escolares

decorrentes da vulnerabilidade social – principalmente no ano de 2020, cenário da pandemia do Covid-19, onde, cerca 5 milhões de crianças de 6 a 17 anos não estavam em pleno acesso à educação (UNICEF, 2021) – e crescentes episódios de fracassos escolares, que em suas variáveis, consideram tanto o ponto anterior como outros, a exemplo dos métodos empregados nas instituições.

Tornam-se axiomáticos os agentes que instigam a evasão escolar e os fracassos dos alunos nessas instituições, visto que, os cenários mantêm-se os mesmos durante a história, haja vista as conflituosas relações familiares, o uso de álcool outras drogas, os problemas físicos e psicológicos, entre outros, onde, entra em destaque as desigualdades sociais. Revela-se indubitável a sequela de que crianças e adolescentes que se encontram em baixa condição econômica, tendem a ter um menor rendimento educacional, aumentando a chance dos baques de seus índices de reprovação, abandono e evasão escolar.

Portanto, surge a necessidade das intervenções das escolas, dos pais, dos professores, do Estado, ou seja, de toda uma sociedade, na realidade desses jovens para que assim haja uma mudança no cenário das desigualdades sociais que eles enfrentam, dado que, é pela educação que eles têm acesso a mais e melhores oportunidades transformadoras de seus futuros papéis sociais. Assim, consta-se imprescindível a continuidade da reflexão e o debate acerca das problemáticas, pois, como reforça Freire (1987, p.47):

Somente o diálogo, que implica num pensar crítico, é capaz, também, de gerá-la. Sem ele, não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação. A que, operando a superação da contradição educador-educandos, se instaura como situação gnosiológica, em que os sujeitos incidem seu ato cognoscente sobre o objeto cognoscível que os mediatiza.

Buscando-se, assim, o encontro da então almejada reversão desse cenário, ainda que este esteja distante ao solucionamento por agora.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: Unesco, 2002.

CARRARA, M. L. Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar. Universidade do Sul de Santa Catarina. **Pós-graduação em Educação e Direitos Humanos**, v. 1, p. 28, 2016.

FERREIRA, M. de C. T.; MARTURANO, E. M. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARCHESI, Á.; MARTIN, E. **Qualidade do ensino em tempos de mudança**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTEIRO, S. R. da R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, v. 17, n. 2, p. 29-40, 2012.

PEREIRA, P. C. *et al.* Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 19-28, mar. 2009.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. Representações Sociais da Psicologia sobre os usuários do CRAS: culpabilização dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social. **Diálogo**, Canoas, n. 26, p. 09-24, ago. 2014.

SACRISTÁN, J. G. **A educação obrigatória**: seu sentido educativo e social. Tradução de Jussara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOUSA, M. G. G. S. de. Fatores que dificultam a aprendizagem da língua inglesa na fase adulta no curso livre de inglês. **Revista Expressão Católica**, v. 11, n. 1, p. 30-42, 2022.

SOUZA, L. B. D. *et al.* Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 251-269, fev. 2019.